



# ANTONIO CABRERA

## “O BRASIL SÓ VAI BEM SE SÃO PAULO FOR BEM”



Daniel Garcia

*Pecuarista, ministro da Agricultura de Fernando Collor, Cabrera deixou o cargo em outubro de 1992, sem ser citado nas denúncias que levaram ao impeachment.*

*No PFL, foi secretário estadual da Agricultura (1994-1996). Hoje filiado ao PTB, é o candidato a governador da Coligação Frente Trabalhista (PTB-PPS-PDT) e tem como candidato a vice Celso Jatene, vereador em São Paulo (PTB)*

**Revista Adusp** – No Estado de São Paulo, a educação infantil de zero a seis anos ainda é uma hipótese, e de zero a três anos nem existe. O que se vê é um atendimento indireto, terceirizado, envolvendo entidades filantrópicas e assistenciais. Qual a proposta do candidato para viabili-

zar um crescimento significativo da oferta de ensino infantil?

**Cabrera** – Antes de mais nada, não quero ser leviano. Não quero ser o tipo de político que promete e depois não vai cumprir. Temos uma regulamentação constitucional a ser seguida. Essa regulamentação

dá certas atribuições, no que diz respeito ao município, ao Estado e à União. O município não tem cumprido essa regulamentação. A educação vai ser uma das prioridades do nosso governo, ao lado de emprego e segurança. Sou evangélico e há um provérbio na Bíblia que diz o seguin-

te: ensine a criança no caminho que deve andar, e até quando envelhecer, dele não se desviará.

Em primeiro lugar, temos que dar atenção à motivação do professor. A figura, a presença do professor, em muitos casos, é muito mais importante do que aquilo que está sendo ensinado. Não há nenhum Estado brasileiro que tenha um professorado tão habilitado, tão capacitado, como nós temos em São Paulo. Estou dizendo no ensino médio, em comparação a outros Estados, sem nenhum tipo de discriminação. Então, deve-se motivar esse professorado, e aí inclui a questão salarial. O governador tem que estar presente, temos que buscar outros recursos e aumentar o percentual que hoje o governo gasta nessa área. Você vai perguntar como. Primeiro, combatendo a sonegação. Hoje temos, estimativas extra-oficiais, a cada real pago, quatro são sonegados. Nós temos que estudar uma maneira de contornar isto. Segundo, a cobrança da dívida do Estado. Hoje temos uma inadimplência muito grande — é necessário que se use o bom senso, que se entenda a situação que o empresariado está passando, mas que ele possa pagar essa dívida. Há estimativas de quase um orçamento anual a ser recebido em dívidas do Estado.

**Revista Adusp-** O que justificou a municipalização do ensino foi a lei de repasse de recursos por meio do Fundef. Como o governo vai se preparar para o final da vigência do fundo em 2006?

**Cabrera-** O governo está pecando, porque já é o momento de se preparar, e nós estaremos atentos para que esse segmento possa ser atendi-

do. Hoje a maior preocupação da população, depois do emprego, é a questão da segurança. E segurança passa por educação. Nada é mais verdadeiro do que abrir uma escola e fechar uma cadeia. É necessário fazer um esforço concentrado agora, porque temos a certeza de que teremos um gasto menor em outras áreas, como a segurança, se educarmos nossas crianças.

**Revista Adusp-** Há um projeto de lei na Assembléia Legislativa extinguindo a progressão continuada. O candidato pretende mantê-la nos moldes atuais, sabendo-se que sua aplicação vem sofrendo críticas da população e de especialistas?

**Cabrera** – Serei contra, a não ser que alguém me convença do contrário. Não temos uma avaliação correta e, principalmente, nós desestimulamos o aluno. Imagine aquele aluno que está passando ano após ano e vendo ao seu lado aquele companheiro que não está estudando, que é indisciplinado, e que a progressão está dando a oportunidade de ele continuar. Isso não é justo. Temos que viver num sistema justo.

**Revista Adusp-** Como o candidato planeja reverter o número excessivo de alunos em salas de aula? Há casos de registros de superlotação em escolas da capital. Em seu governo, qual seria o limite ideal?

**Cabrera** – Faço parte do Conselho Deliberativo do Mackenzie, uma instituição privada, séria, hoje com quase 40 mil alunos. Isso me deu uma proximidade muito grande com a área da educação. Temos que buscar a eficiência — não estou dizendo privatizar, longe disso, isso é obrigação, é responsabilidade do

Estado. Mas temos que buscar no nosso sistema educacional o que nós chamamos de uma boa gestão, a boa eficiência. Às vezes a gente assiste filas em determinadas escolas: é que os pais insistem em matricular seus filhos naquela escola em que o professorado tem um nível de capacidade de ensino maior. Nós temos que ter essa distinção de não achar que tudo é uma questão de construir novas escolas, até porque nós temos prédios inclusive inacabados.

**Revista Adusp-** Seria fazer um planejamento?

**Cabrera** – Sim. A minha idéia era fazer um grande censo no sistema educacional em São Paulo para termos a informação correta. Ninguém faz uma ação de governo sem saber informações muito corretas. E temos que atuar para realmente ter um sistema que seja à altura do aluno. O ideal seria até 20 alunos. Às vezes isso não vai ser possível no primeiro ano de governo. Temos que contemporizar e procurar encontrar uma solução.

**Revista Adusp-** A LDB prevê que até 2006 todos os professores tenham curso superior. Como o candidato pretende cumprir essa exigência? Pretende investir na criação dos Institutos Superiores de Educação tratados nas deliberações 7/2000 e 8/2000 do Conselho Estadual de Educação para formação de professores? Pretende envolver as universidades públicas na formação de professores para o ensino médio?

**Cabrera** – O Paraná deu um exemplo no que diz respeito à reciclagem, à atualização do seu professorado. Isso tem que ser trazido também para São Paulo. Nossos centros

## “A cada real pago, quatro são sonegados”

superiores de ensino, principalmente as nossas três universidades públicas, podem dar uma contribuição imensa nessa hora. O governo tem que, até financeiramente, auxiliar esses professores para que possam estar em um nível adequado de ensino.

**Revista Adusp-** O governo tem repassado às três universidades públicas estaduais, desde 1995, o equivalente a 9,57% da arrecadação anual do ICMS. Uma vez no governo, senhor pretende manter esse percentual? Como vê a reivindicação de professores, funcionários e estudantes, de aumento do repasse para 11%? O candidato é a favor da constitucionalização de um percentual mínimo, tal como dispõe a PEC 14/2000?

**Cabrera** – Sim, sou favorável. Temos que achar um percentual adequado.

**Revista Adusp-** E os 11% seria esse percentual?

**Cabrera** – Aí eu queria fazer um grande desafio às universidades. Hoje, temos 9,57%. No primeiro ano de governo, ou nos primeiros seis meses, manteria esses 9,57% e faria uma proposta justa a todas as universidades. Talvez o Estado tenha a maior parcela de culpa nessa situação, mas temos que reconhecer que

as universidades, embora tenham ganhado a autonomia, hoje o governador não tem ingerência. Se eu disser aqui para você que eu vou fazer isso ou aquilo nas universidades, estou sendo demagógico. Então acho que é necessário reconhecer que nós temos que promover mudanças profundas na gestão administrativa das três universidades. Não sei se seria 11%, mas encontraríamos um denominador comum, e em contrapartida as universidades dariam um sacrifício, porque para o governo vai ser um sacrifício, o cobertor é curto. Ela tem a autonomia para propor, inclusive.

**Revista Adusp-** Contudo, a lei da autonomia universitária acabou também trazendo graves problemas de caixa, uma vez que desobrigou o Tesouro a arcar com as aposentadorias dos professores das universidades estaduais. Qual a possibilidade, em um eventual governo do Sr., de o Tesouro vir a reassumir o pagamento das aposentadorias dos docentes universitários?

**Cabrera** – Esse problema não é apenas da universidade. Hoje é um problema geral, no que diz respeito à Previdência. São Paulo não é um Estado, São Paulo é um país. Então São Paulo tem que traduzir a sua força econômica em força política. E temos que ter a presença nas grandes discussões nacionais: reforma tributária, reforma fiscal, reforma política. Não adianta quisermos resolver apenas o problema das universidades. Já temos a questão das aposentadorias nas prefeituras também. É uma questão dramática. E o Estado não pode protelar mais isso, porque o rombo é lá na frente e as gerações futuras é

que vão pagar por isso. Então temos que sentar e ter uma grande discussão nacional a respeito da aposentadoria dentro do âmbito nacional. Eu encaixaria a questão das aposentadorias nas universidades dentro dessa discussão nacional.

**Revista Adusp-** O Sr. disse que o governador não tem ingerência nas universidades públicas estaduais. Contudo, o atual sistema de escolha do Reitor e do Vice-Reitor das universidades públicas estaduais fere a autonomia universitária, na medida em que se baseia na decisão pessoal do governador, que exerce sua preferência dentre uma lista tríplice eleita, por sua vez, por um colégio eleitoral restrito. O Sr. estaria disposto a apoiar um sistema de escolha mais democrático com o voto direto da comunidade universitária e que se encerrasse no âmbito das universidades, sem interferência do governo?

**Cabrera** – De momento, não. Não vou tangenciar. O governador é eleito para administrar o orçamento do Estado, e a partir do momento em que as universidades dependem desse orçamento, é justo que o governador que foi eleito pelo seu povo — que não chegou ali sem mais nem menos e foi imposto, não estamos vivendo mais em um regime ditatorial — tem o respaldo da preferência do povo que aqui vive e que paga o seu imposto e que gera o orçamento. Se houvesse um compromisso das universidades para que parcela do seu orçamento viesse da iniciativa privada, seria diferente. Vocês estão me pedindo uma concessão. Para toda concessão temos que exigir uma contrapartida.

Sou presbiteriano. Na Universidade

de Princeton, ligada à minha igreja, grande parcela dos recursos vem da iniciativa privada. Vão me dizer: bom, mas lá nos Estados Unidos a mentalidade é diferente. Vamos começar a mudar isso aqui também. Havendo essa mudança e esse comprometimento, aí sim acho justo as universidades terem a sua autonomia e talvez a eleição direta do seu Reitor. Digo isso porque nós temos que também tomar cuidado porque poderá haver um corporativismo. Sei que isso não passa pela cabeça de ninguém, mas a partir do momento em que o próprio corpo interno da universidade elege o seu Reitor, quem pode garantir que não haverá um corporativismo interno, sem pensar naquilo que é o Estado? São questões que têm que ser colocadas, e de uma maneira sincera.

**Revista Adusp-** Nesse sentido, a criação de fundações dentro das universidades estaduais paulistas seria...

**Cabrera** – Sim, esse é o grande passo, esse é o grande passo! Porque falta fundação envolvendo o setor privado na área da educação. Veja bem, não quero ser mal interpretado: jamais vou abrir mão do que é uma obrigação do setor público, a educação. Há uma frase — sou do interior, da área rural — que diz o seguinte: nos momentos de crise, a solução é tirar o “s”. Fica “crie”. Nós temos que ser criativos. Nesses momentos de crise, temos que reflexionar sobre esses assuntos e procurar criar alternativas. Essa pode ser uma alternativa. Na área da saúde, temos fundações fantásticas administrando hospitais com excelentes índices em termos de eficiência no atendimento à população. Isso com certeza é um grande passo

para estarmos implementando na área educacional.

**Revista Adusp-** Se eleito, o que o senhor espera das universidades estaduais de São Paulo e como pensa em relacionar-se com elas?

**Cabrera** – Podem esperar um governador altamente sensibilizado para a área da geração de conhecimento. As universidades terão um professor que estará atento não só ao ensino superior, mas a todos os níveis de ensino, e espero, em contrapartida, que as universidades possam continuar a colocar São Paulo na liderança do processo da geração do conhecimento. E espero ter uma reciprocidade nessa oportunidade de tratamentos justos. Vocês querem um aumento de percentual de ICMS? Qual é a contrapartida da universidade? Dentro desse tipo de diálogo de concessões e contrapartidas vocês vão ter um trabalho a quatro mãos com o governador de São Paulo.

**Revista Adusp-** São Paulo representa 30% do PIB nacional, mas não tem uma presença equivalente no cenário político nacional, e está até sub-representado no Congresso, em termos da relação população-número de parlamentares. O senhor pretende dar maior peso político ao cargo de governador de São Paulo?

**Cabrera** – Sem dúvida alguma. Esse será o principal ponto da nossa campanha ao governo de São Paulo. Durante toda a minha gestão de ministro da Agricultura, nunca recebi dois parlamentares de São Paulo juntos no meu gabinete. Ia um parlamentar sozinho e apresentava suas idéias. No entanto, por exemplo, qualquer questão do Piauí, vinha o governador, vinham os senadores,

## **“Nossa Caixa será o agente financiador do progresso”**

os deputados federais, os deputados estaduais, vinha prefeito, vinha todo mundo, oposição e situação unidos pelo bem do Piauí. Esse exemplo deve ser trazido para São Paulo. A figura do governador pode galvanizar essas forças e pressionar.

Não é exagero dizer que não temos uma verdadeira democracia no Brasil, porque a democracia tem dois grandes pilares: a participação, que hoje nós temos, você vai lá e vota; e a representação, que nós não temos. Hoje não temos “um homem, um voto”, e isso tem que ser mudado.

**Revista Adusp-** Diante do desemprego cada vez mais agudo no Estado de São Paulo, chegando ao índice de 20% no ABC e na região metropolitana da Capital, que medidas pretende implantar?

**Cabrera** – Queria fazer uma ressalva: não é só na Capital ou região metropolitana. Na Baixada Santista, por exemplo, vai de 18% a 20%, dependendo do município. Apesar de o problema do desemprego ser nacional, ele não é tão agudo nos outros estados como é aqui em São Paulo.

Ninguém vai resolver a questão do desemprego apenas no governo de São Paulo. Temos que ter um novo presidente mudando a questão

nacional. Por isso tenho um candidato à Presidente da República que se chama Ciro Gomes. Acho um descalabro ter um candidato a governador aqui em São Paulo que não tem candidato para a Presidência da República. Não é qualquer um que sobe no meu palanque. Você tem que ter um projeto nacional para resolver o problema estadual. A questão do desemprego passa, sem dúvida alguma, pela mudança da política econômica.

Além disso, São Paulo tem que traduzir sua força econômica numa força política e ir adiante, brigar, defender aquilo que é nosso. Quantas e quantas vezes governadores de outros estados, que são muito bem vindos, vêm aqui em São Paulo fazer palestras sobre incentivos fiscais para levar indústrias nossas, que vão embora para lá. Se for a Jundiaí, vai ver que lá tinha um bairro que se chamava Cica, mas a Cica foi embora. A Sadia foi embora, a Perdigão foi embora, 50 frigoríficos foram embora nos últimos quatro anos e o Estado continua de braços cruzados. O governador tem que estar atuante.

Montar na Secretaria da Fazenda um centro de inteligência altamente capacitado para informar o governador setor por setor, o que for necessário para atuar e defender aquilo que a gente tem. São Paulo não pode continuar tendo essa sangria de empregos. Fico abismado de ver o governo totalmente paralisado. Vou defender, vou brigar, e uma das idéias é reativar as barreiras interestaduais. Hoje você não tem nenhuma barreira no Estado do lado de São Paulo. Você cruza aqui para

o Rio de Janeiro, quando está na Dutra, você tem a barreira apenas do lado do Rio de Janeiro. A mercadoria, quando entra aqui em São Paulo, passa sem fiscalização.

Minha idéia é reativar essa barreira, e na hora em que chegar um caminhão, você diz: “Você está entrando com incentivo fiscal, então vai recolher essa diferença aqui, se não, não vai entrar no Estado de São Paulo”. Enfim, partir para a “guerrilha”, para garantir. Você está sendo discriminatório em relação aos outros estados? Não. O que a gente tem que mostrar para o resto do Brasil é o seguinte: que o Brasil só vai bem se São Paulo for bem. Aqui é arrecadada praticamente metade dos impostos federais. O IPI, o Imposto de Renda... Daqui vai sair o Orçamento da União, que vai resolver o problema da criança carente no Nordeste, da educação no Vale do Jequitinhonha. Nossa indústria tem que ir bem para a gente gerar recursos para minimizar essas desigualdades sociais.

**Revista Adusp-** Caberia adotar estratégias de desenvolvimento regional? Elas podem ajudar a combater o desemprego?

**Cabrera** – Um dos pontos do nosso programa são as agências regionais de desenvolvimento. Mas que funcionem. Não posso falar que a nossa política para a Baixada Santista, a questão portuária, a questão de turismo, a questão de pesca, vai ser a mesma que a do Vale do Parapanema. São regiões distintas e essas agências serão os pólos aglutinadores de idéias, de reflexões para que busquemos uma solução específica para cada uma daquelas regiões.

No caso do emprego, temos uma proposta do primeiro emprego: o Estado dará um incentivo fiscal para aquelas empresas que contratem os recém-formados e que caracterize o que nós chamamos de primeiro emprego. Porque hoje se formam, inclusive em nível superior ou numa escola técnica, e o estudante recém-formado não consegue ter acesso ao mercado de trabalho porque a oferta é tão grande, e como ele ainda não tem experiência curricular, as indústrias acabam rejeitando. Então daremos um incentivo fiscal para essas indústrias que contratarem recém-formados.

**Revista Adusp-** Há “espaço” para uma reforma agrária nos limites do Estado? O senhor tem planos de desapropriação de latifúndios e metas de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra? Que relacionamento pretende manter com o MST?

**Cabrera** – Existe, mas isso não é atribuição do Governo de São Paulo. Vi uma entrevista longa de um candidato a governador dizendo que ele vai fazer a reforma agrária. Isso não é uma atribuição constitucional do Estado. O Estado não pode desapropriar. Então, esse é o primeiro ponto que tem que ser esclarecido. Ninguém como candidato a governador pode assumir um compromisso na área da reforma agrária, a não ser que a Constituição seja mudada. Sou favorável à municipalização da reforma agrária. A proposta, que fiz quando era ministro da Agricultura, e deixei essa proposta lá no Congresso, é a municipalização do Imposto Territorial Rural (ITR), que seria a principal fonte de efe-

tivação da reforma agrária. Quer dizer, não vamos apenas transferir a obrigação, mas também o bônus. Especificamente hoje, o que podemos fazer é dar assistência técnica, até financeira para os assentados, como no caso do Pontal do Paranapanema. Mas fazer reforma agrária não podemos, porque não há como desapropriar a terra.

Temos que fazer uma grande reunião, um grande pacto na região do Pontal do Paranapanema, para que ali se crie uma situação jurídica definitiva. Hoje não se sabe quem que é dono. Há realmente um grande problema. O Estado tem que atuar, tem que ser o mediador desse confronto entre os proprietários que ali estão, que a gente não sabe se são ou não são donos, e aqueles que querem terra. Você tem uma fazenda de 100 alqueires, então o fazendeiro vai legalizar o que fica remanescente para ele e na outra parte trabalhadores serão assentados. Enfim, o Estado tem que ser o mediador.

**Revista Adusp-** O senhor falou em vários pontos da entrevista sobre combate à sonegação fiscal. Há evidências de que a sonegação fiscal é muito alta, o que acarreta perdas óbvias na consecução de recursos para saúde, educação, saneamento básico, transportes, segurança pública e demais áreas sociais. Como pretende enfrentar esse problema?

**Cabrera** – Temos que dar até um certo poder de polícia à Secretaria da Fazenda. Ninguém aqui vai ser autoritário, nada disso, mas temos que evitar a sonegação, porque não há como você atender a todas as demandas sociais se todos não contribuirão. O Estado vai ser cobrado

por isso. Então, nada mais justo de que nós termos a contrapartida da sociedade com o pagamento dos seus impostos. Há uma grande relação entre o pagamento do imposto com aquilo que o Estado retribui. Mas há um desânimo hoje do cidadão em dar a sua parcela de contribuição, porque ele vê tantas denúncias de corrupção, dinheiro desviado, não se sente nem um pouco estimulado a pagar o seu imposto. Então, num primeiro momento, temos que fazer um grande pacto com a sociedade: “a proposta é que você vai ter um governo de mãos limpas, um governo sério, honesto, que nada mais é do que a nossa obrigação, e que todo e cada centavo arrecadado será efetivamente aplicado nas áreas essenciais”. Se isso não for feito, também nós vamos prejudicar aqueles que pagam. É difícil hoje aquele que paga o imposto ter que concorrer de uma maneira desleal, predatória, com o seu vizinho que é um sonegador.

**Revista Adusp-** O colapso do setor elétrico não só causou enorme sacrifício para a maior parte da população brasileira, como provocou uma retração da economia, em razão do racionamento e da majoração das tarifas. Diante do importante parque de geração elétrica existente no Estado, e da necessidade de impulsionar o crescimento econômico, que medidas poderiam ser adotadas pelo futuro governo estadual para evitar uma nova crise de abastecimento?

**Cabrera** – O governo federal tem grande parcela de responsabilidade. O apagão talvez seja a maior contribuição que o Fernando Henrique deixou nesse país. Isso vai ter um reflexo imenso no futuro em termos

## **“Estado dará incentivo a quem contratar recém-formado”**

de geração de novos postos de trabalho. Então, há necessidade urgente de termos uma união, um trabalho a quatro mãos com o governo federal nessa questão. A situação é tão dramática, que São Paulo pode resolver parcela desse problema, mas nós temos que realmente trabalhar em conjunto com o governo federal para solucionar este problema. E infelizmente nós já vimos a experiência aqui em São Paulo, aconteceram grandes privatizações, vendemos parte do patrimônio público, a dívida do Estado aumentou e a questão da energia está aí como uma herança maléfica para a sociedade.

**Revista Adusp-** O senhor dará continuidade à política de privatizações praticada desde 1994?

**Cabrera** – Não, no momento não. Há de se repensar toda essa situação.

**Revista Adusp-** A Nossa Caixa fica com o governo, então?

**Cabrera** – Fica. E a Nossa Caixa vai ser o grande agente financiador dessas agências regionais de desenvolvimento, financiador do pequeno produtor rural, da equalização de uma taxa de juros, enfim, vai ser realmente um instrumento fomentador do progresso em todo o Estado de São Paulo.